

Sobre aquilo que se pode viver aos 80: um estudo de caso acerca da velhice institucionalizada

About what can be lived at 80 years: a case study about old age institutionalized

Acerca de lo que puede vivir a los 80 años: un estudio de caso de los ancianos institucionalizados

Talita Baldin¹

Paulo Eduardo Viana Vidal²

Resumo

Com este artigo buscamos retratar o estudo de caso de Marisa, uma idosa de 80 anos residente em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (Ilpis), participante de uma pesquisa de mestrado. O objetivo é trazer reflexões sobre a velhice institucionalizada conforme o referencial teórico da Psicanálise, cujas contribuições nos fazem pensar em possibilidade de se exercer a subjetividade mesmo nessa fase da vida que é, em geral, desinvestida e em lugares em que a literatura aponta como de empobrecimento subjetivo. Por meio da narrativa de Marisa, podemos perceber que é possível ser sujeito em uma Ilpi, desde que esses espaços proporcionem escuta para as angústias do velho e permitam que haja formação e manutenção de laços afetivos. Ressaltamos que a forma com que Marisa pensa e vive sua velhice não é representante de um universal, mas uma possibilidade singular de existência subjetiva.

Palavras-chave: Asilo. Narrativa. Idoso. Psicanálise.

Abstract

With this article we seek to portray the case study of Marisa, an elderly 80-year resident in a Long Stay Institution for the Elderly (ILPIs), participant of a master's research. The goal is to bring thoughts on the institutionalized old age employing the theoretical framework of psychoanalysis, whose contributions make us think of the possibility to exercise subjectivity even at that generally disinvested stage of life and in places where the literature indicates a subjective impoverishment. By Marisa narrative we can see that is possible to be a subject in an ILPI, since these spaces provide listening to the old anxieties and let there be training and to maintain emotional ties. We emphasize that the way that Marisa thinks and lives her old age are not an universal, but a singular possibility of subjective existence.

Keys-words: Nursing home. Narrative. Elderly. Psychoanalysis.

Resumen

Con este artículo se pretende retratar el estudio de caso de Marisa, una anciana de 80 años

¹ Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Docente de Psicologia no CEBRAC - talitah_0507@yahoo.com.br

² Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - paulovidal@id.uff.br

residente de una Institución para Ancianos (ILPIs), participante de la investigación. El objetivo es pensar la vejez en institución con el marco teórico del psicoanálisis, cuyas contribuciones nos hacen pensar en la posibilidad de ejercer la subjetividad, incluso en esta etapa de la vida que ES, en general, desinvertido y en lugares donde la literatura apunta el empobrecimiento subjetivo. Con narrativa de Marisa podemos ver que se puede ser sujeto en un ILPI, cuando estos espacios ofrecen escuchar las viejas ansiedades y hágase la formación y el mantenimiento de los lazos emocionales. Vale decir que la forma con la cual Marisa piensa y vive su vejez no es representativa de un universal, pero de una posibilidad singular de existencia subjetiva.

Palabras-clave: Residencia para la tercera edad. Narrativa. Ancianos. Psicoanálisis.

Introdução

Este artigo consiste em um estudo de caso de uma das participantes entrevistadas no decurso de uma pesquisa de mestrado desenvolvida pela primeira autora, juntamente a seu orientador, o segundo autor. Aqui é apresentada Marisa³, uma mulher de 80 anos, residente há três anos em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (Ilpi) localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro e uma das oito entrevistadas na pesquisa original. Com ela foi possível pensar nas formas de se fazer sujeito encontradas por ela para continuar existindo na instituição. São abordadas também algumas considerações sobre o que seriam e quais são as principais características das Ilpis, assim como sobre a velhice, conforme pode ser entendida pela óptica da Psicanálise.

O objetivo, por fim, é trazer à tona as possibilidades que Marisa encontra para fazer-se sujeito na velhice, residindo em uma forma de instituição cuja literatura aponta como marcada por processos de empobrecimento subjetivo. Pretende-se, com isso, trazer a realidade idiossincrática encontrada por ela para “ser Marisa”.

Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpis)

Instituições, como conceito geral, dizem respeito ao “conjunto de formas ou estruturas fundamentais de organização social, como são estabelecidas pelas leis ou pelos costumes” (Le Brun, 2009, p. 13). Por sua vez, instituição, no singular, seria um conjunto de estruturas organizadas que dizem respeito a cada setor social específico, portanto, a Educação, a

Cultura, o Poder Jurídico, etc. Mas a instituição também pode ser entendida como aquilo que acolhe o que está instituído em dado lugar, como é a escola que atende ao que é instituído pela Educação, ou o presídio que acolhe as normas instituídas pelo sistema Jurídico. Ainda, é bastante comum localizar a instituição como entidade física, um espaço concreto, um prédio, e quando pensamos na instituição por essa via, ela é o que estabelece as normas, ao mesmo tempo em que acolhe aquilo que se torna instituído (Le Brun, 2009). É por isso que podemos falar em instituições para menores infratores, instituições de órfãos, instituições de saúde mental e instituições para idosos.

Para além dos espaços físicos estabelecidos, instituem-se também normas e relações. A própria interação só se torna instituinte se primariamente tiver sido instituída (De Munck, citado por Le Brun, 2009). Essa ideia é de fundamental importância ao considerar a questão do idoso institucionalizado, principalmente em se tratando da formação de laços na velhice e com relação à vida institucional. Instituir faz parte da estruturação do aparelho psíquico. Não é possível vivificar tal processo sem que de alguma forma haja opressão. Conforme Le Brun (2009, p. 26), “as organizações de poder estabilizam, ordenam, regulam, e por isso não vinculam nunca os indivíduos, seus desejos, seus interesses sem, ao mesmo tempo, oprimi-los”. A questão é: que forma de opressão é essa e como permitir que aliene sem, no entanto, sufocar o sujeito, a ponto de que ele não possa existir. Nesse caso, quando as instituições se tornam entidades que sufocam o sujeito até o desaparecimento de um eu próprio, diz-se que são instituições totais, termo cunhado por Goffman (2008) para demarcar organizações com tendências de fechamento e rompimento com a vida

³ Seu nome verdadeiro foi preservado para segurar o sigilo de sua identidade.

externa a si mesma.

No que diz respeito especificamente às Ilpis, são “instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a ser domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania” (Anvisa, 2005, *on-line*), as quais recorrentemente chamamos de pessoas idosas ou de pessoas da “terceira idade”. No Brasil são encontradas inúmeras diversificações dessas instituições, orientadas em várias modalidades e qualidades de atendimento, públicas e privadas e que atendem tanto pessoas independentes, em situação de carência de renda e/ou de família, quanto com dificuldades para o desempenho das atividades diárias e que necessitam de cuidados prolongados. O objetivo comum é sempre o de proporcionar serviços de saúde e assistência às pessoas com idade acima de 60 anos.

As motivações para a busca pelas Ilpis estariam no fato de que muitos chegam à velhice com poucas condições financeiras e sem moradia. Isso fica marcado pelos dados estatísticos: há mais velhos independentes abrigados em instituições públicas e/ou filantrópicas do que em instituições privadas ou com fins lucrativos. Também, é mais comum encontrarmos velhos dependentes, física e mentalmente, em instituições pagas, já que quando está bem de saúde a tendência deste, que possui boas condições financeiras, é de que continue vivendo com sua família ou sozinho, em vez de em uma instituição (Camarano & Kanso, 2010; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011).

Nesse cenário, a maioria das instituições precisam de parcerias com prefeituras e empresas privadas para se manter, além de auxílio da família dos internos, de suas aposentadorias e de

doações da sociedade civil. Sob tais condições, muitas Ilpis passam por necessidades econômicas e vivem à beira da impossibilidade de continuarem com as portas abertas. Além disso, muitos se encontram abandonados nas instituições, sem contato com familiares ou amigos, o que denota que haja a vivência de um grande empobrecimento nas Ilpis públicas e/ou filantrópicas brasileiras, o qual diz sobre diversas ordens, para além da financeira. Inclui-se aí o empobrecimento de laços sociais e afetivos.

Ilpis e formação de laços sociais e afetivos

Conforme já discorrido, os processos de instituição exigem a existência de um estatuto vigente consensual, uma vez que a garantia da coesão institucional se dá pelo cumprimento de normas de conduta e arranjos administrativos, como horários e regulamentos para entrada, saída e visitas. Essas normas são eficientemente repetidas, pois fazem parte da rotina habitual sem que internos e funcionários se questionem a respeito delas. Ou seja, todos se submetem a normas socialmente reconhecidas (Goffman, 2008).

Em contrapartida a isso, com frequência é possível verificar o empobrecimento subjetivo a que os residentes das Ilpis estão submetidos, desde sua entrada até a saída da instituição (Goffman, 2008). Em nossa experiência, isso pode ser verificado: ao chegarem à instituição, os velhos possuem características próprias marcantes, alguns por falarem muito, outros pelo cuidado com a aparência física, alguns ainda se destacam pelo grande conhecimento em economia, política e/ou literatura. No entanto, tais características tendem a ser perdidas com o passar do tempo em que se

encontram institucionalizados (Goffman, 2008; Magnabosco-Martins, Baldin & Macari, 2014; Baldin & Marcolino-Galli, 2014), imperando uma espécie de empobrecimento subjetivo.

O empobrecimento subjetivo é caracterizado por Lacan (1959-1960/2008) como um desinvestimento libidinal. Pelo corte de relações com o mundo externo, além da perda de objetos significativos para si, como são as pessoas familiares, a casa, as roupas, os objetos de uso pessoal, as atividades outrora exercidas e aspectos mais específicos da rotina, como horários para executar atividades e mesmo a ingestão de uns ou outros alimentos preferidos são marcantes na subjetividade do sujeito. São perdas que muitas vezes não podem ser supridas com a nova realidade, a da instituição. Lacan exemplifica essa situação abordando a tragédia de Antígona.

Antígona foi escrita por Sófocles por volta do século V a.C. e relata a continuidade do mito de Édipo: Creonte era rei de Tebas e prometeu seu trono a quem conseguisse derrotar a Esfinge. Édipo o faz e, além do trono, recebe a mão de Jocasta, irmã do rei, com quem tem dois filhos homens, Etéocles e Polinices, que acordam revezar o trono anualmente. Porém, Etéocles reina primeiro e não passa o trono ao irmão no ano seguinte. Por conta disso, Polinices invade Tebas e ambos matam-se em luta, conforme uma maldição de Édipo, e Creonte reassume o trono. Antígona, sendo a segunda tragédia da trilogia, dá sequência à trama.

Quando os filhos de Édipo morrem em duelo, Creonte determina que sejam dadas as honras a Etéocles e proíbe o sepultamento de Polinices, considerado traidor. No entanto Antígona, irmã dos dois, compreende os motivos que levaram o irmão a invadir Tebas e manda construir uma pira para libertar sua alma. Ao saber disso, o rei Creonte ordena que os guardas prendam

Antígona, que é levada ao rei e condenada a morrer presa em uma caverna. Há divergências na literatura sobre Antígona morrer presa na caverna ou ser libertada, no entanto o que nos interessa nesse momento está para além da morte física de Antígona.

Com a atitude de enterrá-la viva, Creonte não condena Antígona diretamente à morte, mas a uma vida subterrânea que a coloca entre as duas mortes: uma simbólica, por ser “enterrada viva” quando afastada da presença dos vivos; e uma segunda morte, definitiva, a morte do corpo. Da mesma forma, ela tenta livrar o irmão morto da morte simbólica a que é condenada pelo pai, por meio da ordem de não sepultar seu corpo. A importância do sepultamento, para Antígona, está no fato de que ela acreditava que seu irmão morto merecia uma sepultura.

No *Seminário VII*, Lacan dirige o sentido da atitude de Antígona para a ética na Psicanálise. Ao contrário de Creonte, que não dá ouvidos à restauração do sentido do desejo ao negar a sepultura do herdeiro morto, Antígona sustenta-o até o seu fim, até a vivência da segunda morte. O que Lacan atenta é que ela nos faz deparar com o que define como desejo, do qual não abre mão e enfrenta a interdição do rei em nome da lei dos deuses. Por consequência, tem sua morte antecipada ao revelar o desejo durante a travessia (Lacan, 1959-1960/2008).

Retomamos a Antígona, sob a análise do desejo, para sustentar algumas observações dentro do campo do conhecimento acerca da velhice institucionalizada: muitas vezes os muros institucionais favorecem o enfraquecimento do posicionamento do desejo do sujeito que os habita. Dependendo do modo como é organizada, a instituição tolhe a vida do sujeito, levando-o a viver uma vida subterrânea, sem cor, assim como

ocorre com Antígona ao ser presa na caverna, e que tem por consequência a morte subjetiva antes da morte propriamente dita. Esse quadro é comum em Ilpis, pois de uma vez só os velhos perdem a ligação com sua rotina, com os vizinhos, conhecidos e com quem dividem uma casa. Precisam deixar de lado suas roupas e objetos pessoais, além de perderem também espaços que ocupam e que lhes são familiares, como a organização da casa em que habitam, como um todo. Assim, há a necessidade da elaboração de pequenos lutos vivenciados com a morte simbólica de coisas e situações a que estão habituados, muitas vezes ao longo de muitos anos.

Parece que a vida institucional exige um modelo de subjetividade a ser seguido, o qual não permite investimentos do desejo sobre objetos significativos (Goffman, 2008). Há uma falta que vai para além da falta estruturante, trata-se de um isolamento que favorece o apagamento subjetivo, a morte simbólica, conforme já descrita com Lacan (1959-1960/2008).

Assim como aconteceu com a Antígona, o corpo físico, desinvestido do olhar de outros, morre quando perde a capacidade de ser afetado pelos acontecimentos do mundo, torna-se apenas um corpo, desprovido de afeto e já derrotado pela morte simbólica quando deixa de ser investido e desiste, em certa instância, da formação de laços sociais significativos (Lacan, 1959-1960/2008). Embora essa restrição aconteça com o velho em geral, é mais presente em processos de institucionalização, uma vez que a perda de laços com as pessoas que foram familiares a vida toda é mais acentuada.

Com relação a isso, Castilho (2011) traz o papel dos laços sociais na vida do velho, destacando a sua necessidade para superação de lutos difíceis e de situações que evidenciam a precariedade da condição humana

diante da – inevitável – vivência de solidão. Especialmente no velho, é comum sentimentos de abandono e solidão, trazidos com a experiência de “não ser mais útil”, ou conforme a expressão utilizada pela autora, quando começa a dizer que “eu não faço falta”. Juntamente com Freud, a autora diferencia isolamento de solidão e alerta que, enquanto esta é inerente à existência humana, o isolamento, por sua vez, resigna o sujeito a uma vida fechada e cuja inexistência de laços causa dor e sofrimento. De encontro a isto, Lacan (1982/1972-1973) aponta para a possibilidade da formação de laços significativos para o sujeito mesmo nas fases mais avançadas da vida. A institucionalização favoreceria, então, a experiência do isolamento, uma vez que é inerente a todo sujeito ao longo de sua existência.

Mas quem seria o velho nesse contexto?

Velhice e institucionalização

Para falar de velhice em Psicanálise, retomo a sexualidade, no *Seminário XI*, com Lacan (1964/1990). Ele concede à estrutura papel dominante e assim pode falar em dois campos, do sujeito e do Outro, sendo que o Outro “é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Lacan, 1964/1990, pp. 193-194). Para chegar a essas noções, Lacan se suporta nos estudos de Lévi-Strauss, apontando para a existência de um sistema de relações anteriores ao próprio sujeito, uma vez que sua constituição a partir do Outro precedente está sujeita à linguagem.

O sujeito se faz sujeito porque “é-feito de linguagem” (Marcolino-Galli, 2013, p. 18), a qual é passiva de diversas interpretações, e mediadora para a construção de um eu. Assim, a

relação estabelecida entre homem e linguagem é similar àquela vivenciada com relação ao inconsciente. São as diversas relações estabelecidas com outras pessoas ao longo da vida que permitirão que o homem crie uma imagem que poderá chamar de “eu” e, assim, construir uma referência mais ou menos própria, portanto, tornar-se sujeito (Lacan, 1964/1990). Ou seja, se o sujeito se constrói no campo do Outro, o sujeito do inconsciente é visto de forma indeterminada, pois o significante que escreve sua história está em um lugar indeterminado. No entanto, pode ocupá-lo diversos lugares, à medida que se coloca sob um ou outro significante.

É sempre no olhar do outro que o velho se vê e essa noção temporal de envelhecimento embasa as práticas realizadas com os velhos, assim como com pessoas que vivenciam qualquer outro período da vida, definindo também quem é o bebê, a criança, o adolescente e o adulto. Ou seja, retrata como os outros, do ponto de vista do imaginário, veem o velho na sociedade. Isso diz de uma forma de reconhecer o outro pelo espelho, identificar quem ele é pelas marcas que o tempo produz e escreve em seu corpo.

Há, portanto, processos biológicos e subjetivos envolvidos, os quais provocam diversas modificações nesse corpo que muda e que é visto e nomeado pelo outro. Na velhice, considerada a última etapa da vida humana, aquela que antecede a morte orgânica, podemos ter contato com marcas muito visíveis e bem definidas (Messy, 1993; Mucida, 2009). Nesse sentido, a velhice possui representações muito peculiares quando vista pelo olhar do outro, mas também quando o sujeito é questionado a falar sobre o que vê acerca de si mesmo. Por convenção, muito mais ligada a aspectos jurídicos, de legalidade, o Estatuto do Idoso

(2003) demarcou o idoso⁴, eufemismo para a palavra velho, como aquela pessoa que tem 60 anos ou mais. Em contrapartida, é comum pensarmos que o idoso seja aquele que vive a velhice, período em que a pessoa começa a demandar cuidados específicos por apresentar mais fortemente sintomas ligados a perdas, incapacidades e doenças. Isso é tão disseminado no imaginário de nossa sociedade que é difícil pensar em aspectos positivos da velhice. Neste artigo, optamos por utilizar o significante “idoso” para abordá-lo sob essa noção “jurídica”, e velho quando nos referirmos ao sujeito.

O velho é, em geral, pensado a partir de uma categoria social: na sociedade ocidental, se antes o velho era visto como um sábio, detentor da cultura e do conhecimento de seu povo, hoje é socialmente identificado sob a óptica das limitações corporais e mentais, das doenças e suas comorbidades, da dependência física e financeira, do declínio das atividades sociais, profissionais e da libido. Nesse viés, não há outra forma de encarar a velhice senão pelo caminho da rejeição (Messy, 1993; Mucida, 2009).

Nossa sociedade presencia a expansão significativa da categoria “idoso” na população mundial, ao mesmo tempo em que rejeita sua presença. Logo, e não à toa, tantas vezes o velho introjeta tais sentimentos e assume uma posição de inferioridade no contexto social (Messy, 1993); papel que muitas vezes não se comprova, dado os vários exemplos de pessoas que chegam à longevidade, mantendo-se

⁴ Entendemos que idoso e terceira idade são eufemismos criados pela ONU para demarcar o velho sem, no entanto, trazer à tona seu contexto pejorativo. Neste artigo optamos por manter as palavras idoso e terceira idade em substantivos próprios (ILPIs, por exemplo) e quando fizermos referência à particularidade cronológica (referência à idade a partir de 60 anos).

independentes e participantes da vida social. No entanto, viver os setenta, oitenta e noventa anos ou mais com autonomia e independência não é a realidade de todos e a grande quantidade de instituições de cuidados permanentes destinadas a essa população corroboram com a afirmação ao encarnarem o papel de “depósito” e de espera pelo fim da vida.

Em sua tese, Messy (1993) anuncia que “a pessoa idosa não existe”, considerando que não é possível abordar o “idoso” como categoria individual, uma vez que a velhice é um estado. Credo nisso, só é possível falar de idoso como categoria social – é sempre um lugar ocupado por um certo sujeito no olhar do outro, da família, dos mais jovens. Enfim, só se pode ser velho a partir do olhar da coletividade. O autor traz a velhice do ponto de vista da percepção: pelo espelho, o sujeito se vê envelhecendo fisicamente e ao se dar conta disto nada pode esperar além da aproximação da morte. Ora, para Freud, o inconsciente é intemporal, não tem idade, logo, a morte não tem representação (Freud, 1915/1996).

Todas as perdas vividas ao longo da existência de um sujeito indicam marcas que estruturam o seu eu: a perda dos dentes de leite na criança é o avanço para a adolescência. A perda da virgindade, no jovem, é um marco que o aproxima da idade adulta. Quanto ao adulto, a menopausa nas mulheres, a aposentadoria e a perda de pessoas próximas com a mesma idade cronológica (Messy, 1993).

Todos esses acontecimentos contribuem para um desinvestimento libidinal (Messy, 1993; Mucida, 2009). O velho é desinvestido socialmente e se veste com o figurino da inutilidade. Ao deparar-se com o corpo fragmentado, nega o processo de luto e enfraquece seu eu ideal, definido por Freud (1914/2003, p. 91) como aquilo que o sujeito imagina que o eu “deveria ser”.

A imagem constituinte do eu ideal seria fruto da busca constante do sujeito por recuperar uma satisfação desfrutada na perfeição narcisista da infância. É algo de que o sujeito não abre mão, mesmo quando se afasta da vivência do narcisismo primário, o que se espera que aconteça, para então haver a recuperação do estado narcísico no qual o eu foi o seu próprio ideal (Freud, 1914/2003).

Se o eu não é mais o seu próprio ideal, sentimentos negativos emergem na vivência da feiura de ser velho: as rugas, as olheiras, a pele flácida, os cabelos brancos. Os espelhos são evitados e o sujeito é desinvestido. Com a queda do eu ideal, emerge o eu feiura, evidência da queda do ideal e um reviver os fantasmas do passado com relação ao estádio do espelho, o retorno do corpo fragmentado. Como o sujeito não é mais a criança antiga e não há a mãe para sustenta-lo, só resta ao velho se prender nas boas lembranças do passado (Messy, 1993), o que justifica a fixação em um discurso voltado para o passado, comum na fala de velhos. “O estado de velhice se caracteriza por uma depressão, pelo curvar-se sobre si mesmo, pelo desinvestimento no mundo externo” (Messy, 1993, p. 47). Como consequência, são crescentes os índices de suicídios na velhice, principalmente entre aqueles que sentem “não fazer mais falta”. Se não há uma falta, que é sempre constituinte, não há sentido na existência.

Seria a velhice ainda mais complexa quando vivida em instituições, dadas as complexidades das próprias instituições para idosos? Estes, e outros, são temas a serem discutidos.

Resultados e discussão

Quando foi convidada para a entrevista, Marisa se mostrou animada com o convite, relatando ficar contente

porque gosta muito de falar sobre si e contar suas histórias. Marcamos para a semana seguinte sua entrevista e quando nos encontramos, no dia combinado, foi ela quem perguntou se a faríamos.

Ao longo de toda a entrevista, que durou 1h20, Marisa manteve-se calma e ao mesmo tempo sorridente. Ria enquanto respondia, principalmente nos momentos em que afirmava o quanto se sentia satisfeita estando na Iipi. Sua fala é fluida, a entrevista transcorreu de forma agradável e as perguntas surgiam conforme falávamos, pois ela mesma articulava distintos assuntos. Ela lida com o que viveu de modo a agradecer e não ficar presa a ressentimentos e ao que gostaria que tivesse sido diferente. Mas, ao tentar afirmar o quanto sua vida foi e é boa, deixa-se escorregar em situações e vivências muito difíceis, segundo ela, no que diz respeito ao primeiro marido, por parte de quem sofreu violência física e emocional, e ao segundo filho, portador de deficiência.

Marisa tem 80 anos, mas “já tô dizendo que eu tô com 81. E eu sou muito adiantada com esse negócio. E se eu disser que eu tenho 80, eu tô achando que tá pouco. É 81 já!” (M5). Logo no início da entrevista, chama atenção sua postura de gratidão pela idade que tem, o que é retomado ao longo de sua fala, principalmente quando disserta sobre idoso, velho e velhice.

Eu nunca diminuí a idade. Muita gente diz “Marisa, você pode dizer que tem menos” [...] Pra que... [...] Eu até tenho prazer de dizer que eu tenho 80, que eu vou fazer 81, porque os meus irmãos não chegaram a 80. Eu tive 10 irmãos, comigo 11, eu fui a última. [...] Nenhum deles, o máximo que chegou foi 78 anos. E eu, nessa geração de agora... Engraçado que dizem que a qualidade de vida tá melhor, né? (M6)

Ela não ignora os efeitos de uma sociedade que “envelhece”, acompanhando de perto os dados

apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015) acerca da extensão da expectativa de vida que atualmente está em 75,5 anos no Brasil e comemora esse avanço, talvez porque viva este momento da vida de forma bastante satisfatória: ela tem abrigo, alimentação adequada, é protegida por seus direitos sociais e não sofre problemas de saúde, além de ser satisfeita com seus relacionamentos e estar bem adaptada à vida no Abrigo, sem compreender essa instituição da forma como teorizou Goffman (2008), ao propor os asilos como instituições totais.

Marisa nasceu na região metropolitana do Rio de Janeiro e ali passou a infância e a “mocidade” (M101, M110) com mãe, pai e dez irmãos. É a filha mais nova e a única ainda viva. Casou-se com 15 anos e aos 16 teve o primeiro filho. Logo em seguida engravidou novamente, momento a partir do qual passou a sofrer violência doméstica por parte do marido. Durante a segunda gravidez relata ter sofrido agressões físicas, em especial em sua barriga, o que acredita ser o motivo pelo qual o segundo filho nasceu doente, apresentando transtorno psiquiátrico. A primeira das 31 internações em hospital psiquiátrico aconteceu com 17 anos e prosseguiram-se até seu falecimento, aos 27 anos. Marisa relata que esse foi o pior momento de sua vida, porque as questões com o marido foram resolvidas com a separação, mas o filho ela precisaria levar consigo.

Esse filho me deu muito trabalho. Eu digo que eu não esperava [ele] chegar a essa idade. Na época eu não fiquei doente mental porque Deus não deixou, sabia que eu tinha mais três, mas olha, foram 31 internações, em 10 anos. Eu não sabia se eu trabalhava ou se eu cuidava dele. Eu tinha que dar remédio a ele para dopar. [...] Ele se tornou um rapaz enorme de forte. [...] Muitas vezes ele ameaçava, ameaçava acertar a minha

cabeça com vassoura, o irmão... Esse pedaço eu não contei, esse pedaço foi horrível na minha vida. Dez anos horríveis. Porque quando ele estava atacado era: “a senhora quer ver como eu arrebento a sua cabeça?” Quando ele estava bom era: “mãe, a senhora é a melhor mãe do mundo”. Mas quando ele estava atacado... Era uma coisa horrível. [...] Então esse pedaço da minha vida foi o pior que tem, porque, por causa do marido, deu pouco tempo e nós separamos. (M85)

Em dois momentos durante a entrevista aponta para o casamento com o marido, que aconteceu muito jovem, como um fator que em certa medida rompe com a felicidade que foi sua infância. O primeiro tema abordado por ela foi a não continuidade dos estudos: “8ª série e parei. Eu ia continuar os estudos à noite, mas até isso... Esse traste impediu isso tudo, né. Se eu não tivesse casado tão depressa, poderia estar bem melhor do que eu estou” (M46). O segundo momento é quando fala sobre seu gosto por cantar, função que atualmente exerce na seresta do Abrigo.

Eu lembro que me perguntavam assim, gosta de cantar? Desde garota, nós tínhamos um teatrinho em [nome do bairro]. Tinha o teatrinho, e tinha a música e tinha peça teatral. Nós fazíamos esquete. Nós tínhamos até um ensaiador, um morador [...]. Por isso que eu digo que a minha vida de mocidade, até conhecer aquela, com o perdão da palavra, porcaria de marido, olha, minha filha... (M101)

Separou-se do marido com ajuda do irmão, após sucessivos episódios de violência, segundo ela causadas por ciúmes enquanto estava grávida do segundo filho. Cuidou sozinha de duas crianças trabalhando em três profissões em momentos distintos: como cobradora de ônibus, cozinheira de restaurante e cuidadora de idosos. Mais tarde conheceu seu segundo companheiro, com quem teve outros

dois filhos, 10 anos após o segundo filho. Esse marido faleceu quando ambos estavam com 50 anos e de lá para cá não se relacionou com mais ninguém.

Relata uma relação bastante próxima com os filhos e netos. Inclusive, mudou-se durante algum tempo para outro estado e ajudou o filho caçula a cuidar da filha recém-nascida quando de sua separação da esposa. Viveu lá por oito anos, quatro deles em uma instituição para idosos. Aponta diferenças e aproximações entre a instituição em que esteve anteriormente e o Abrigo em que vive hoje.

Eu fui lá passear nesse lar, esse tal de [nome do lar], e lá é uma coordenadora, nem tem esse negócio de presidente, nem de enfermagem não. Tem só as casinhas. Meio salário, faziam cada um com seu banheiro, e o resto do salário eles gastavam. O portão aberto, nada de porteiro, né... Um lar mesmo. A coordenadora aceitava muita doação. Tinha duas cozinheiras, duas faxineiras. Fiquei lá quatro anos. É por isso que quando eu cheguei aqui e queria [uma vaga em Ilpi]. [...] Aí esse tal de [nome do lar] era uma maravilha, que você entrava pra dentro do seu quarto, fechava a sua porta, as cozinheiras preparavam garrafinha ou de café ou de chá pra gente levar, tinha o nosso refeitório enorme, saía também... Ônibus especial pra gente passear, igual aqui. (M82)

Com o falecimento do filho, voltou para sua cidade de origem com a neta de quatro anos e morou com uma sobrinha até conseguir uma vaga em uma instituição. No entanto, esta era clandestina. Levou um mês para conseguir contato com os familiares, que conseguiram encontrá-la e tirá-la do lugar. Voltou a morar sozinha em uma comunidade em município próximo ao que morava, até que conseguiu uma vaga no abrigo em que mora atualmente. Marisa aponta que buscou o abrigo por dois motivos principais: segurança e acolhimento. Com relação à segurança aponta que

Estava muito perigoso, na época, ali perto [de onde morava]. [...] Tinha um camarada lá, um rapaz, que ficava no meio de um matinho assim, mexendo. Se eu ia lá e sentava um pouquinho na varanda e quando eu sentava na varanda um cadinho pra dar um ar, imediatamente eu tinha que entrar e fechar a porta, que ele ficava de lá assim, mexendo comigo. “Mulher bonita quem é que não quer, quem é que não gosta” [cantando], ele cantava. E eu ficava com medo. Via sempre a cara dele no meio do mato. E eu pensava, um dia ele pula esse muro, pois era tudo aberto, a varanda, pula esse muro e vem aqui e me ataca. (M18, M20)

Com relação ao acolhimento, discorre sobre não querer “atrapalhar” os familiares.

Eu disse que *eu quero morar num asilo*, porque eu não queria morar mais com a família. Não que com a família seja ruim, eu acho que eu não gosto de atrapalhar. Eu tenho dois filhos, todos os dois estão casados, e todos os dois só têm a esposa, não têm mais filho pra cuidar. O caçula diz:” mãe, eu faço um quarto pra senhora aqui em cima” e eu digo não, eu não quero atrapalhar a vida do casal. Às vezes o casal quer brigar um pouquinho, né, e a gente, sogra, se mete. Eu não vou me meter, né? Eu já saí da casa pra não me meter na vida da sobrinha e da neta que eu trouxe. [...] *De forma que eu vim para aqui por isso*. Eu voltei lá [na Assistência Social] e falei, olha, lá aconteceu isso, assim e assado, e agora eu quero que vocês achem um outro lugar pra mim. Eu tenho vontade de ir pro [nome do Abrigo], que há muitos anos que eu já conhecia aqui. (M29)

Ao falar da sua própria sogra, com quem não teve uma boa relação, aponta novamente para o motivo que a faz não querer morar com os filhos: “não gosto agora, hoje em dia, de bancar a sogra. Porque eu posso ser uma sogra boa e posso também querer me envolver. [...] Ela [a nora] tem lá o geniozinho dela, ué, mas não é melhor ela lá e eu cá? Então pronto. Eu acho

assim, eu penso assim” (M63). Com essa fala emenda a opção pela institucionalização: “por isso que eu digo: aqui dentro eu tenho tido mais distração na vida, *mais liberdade*, e mais assim, penso menos, que não preciso me preocupar com nada, com família... Eu já preoquei muito com família, demais” (M63).

Essa noção de ter “mais liberdade” é central na fala de Marisa. Ao longo de toda sua entrevista ela volta para a ideia de que tem do Abrigo: ele é um local em que ela está porque quer e porque sabe que se quiser não estar mais, pode ir embora. É por isso que habita a Ipi com prazer. “Liberdade”, conforme ela entende, é significante ao pensar o abrigo e a institucionalização. O papel central ocupado por ele em sua vida está no fato de que estar institucionalizada não se compara à privação de liberdade. Normas claras pontuam a possibilidade dos residentes transitarem, irem e virem, desde que tenham condições para isso e sejam liberados pela equipe técnica, o que diz respeito ao residente apresentar condições de transitar sozinho pela rua, por exemplo. Horários de entrada e saída devem ser respeitados e, em casos especiais, acordados diretamente com a equipe técnica, para que a medicação, já que vários fazem uso dela, possa ser organizada.

Freud (1930/1996) aborda essa noção de liberdade em *Mal-estar na civilização*. O autor considera que a liberdade não é um conceito inato à civilização. Foi preciso estabelecer limites, até mesmo para que a vida fosse possível de forma organizada. Em outras palavras, à civilização, nem tudo é permitido. O desejo de liberdade pode ser favorável para o desenvolvimento da civilização tanto quanto base para a hostilidade. É necessário atenção, uma vez que o homem tende a reivindicar sua liberdade individual mesmo contra a vontade do grupo. O que nos interessa,

no entanto, com relação aos estudos de Freud sobre a liberdade do homem, é o que ele aponta acerca do conceito de acomodação.

Freud (1930/1996, p. 21) declara que “grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente – isto é, uma acomodação que traga felicidade – entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo”. Levando em conta um contexto microssocial, Marisa parece encontrar na Iipi a acomodação conveniente que busca neste momento da vida, no qual os filhos foram criados e têm as suas vidas, assim como as netas, que inclusive ela ajudou a criar. Ela acredita que não é obrigada a estar na Iipi e que pode, caso decida, sair e procurar outro lugar para morar. Pontuações com relação a isso têm destaque em sua fala, nos trechos:

Ela [se referindo à senhora de quem alugou a casa em que morava] falou “Marisa, agora tá bom pra você voltar”. Eu falei não, eu estou bem onde eu estou. Tem que pensar muito bem antes de ir. Porque não tem motivo pra sair daqui. *Tem saída, né? Tem liberdade* (M23). A palavra abrigo soa melhor do que asilo, né? Antigamente se falava muito em asilo, mas asilo era uma coisa muito complicada. [...] *Eu acho que aqui existe muito lazer, existe além da liberdade, existe os laços também que se vão construindo, né. Da comunidade.* (M34)

Por isso que eu digo, *aqui dentro eu tenho tido mais distração na vida, mais liberdade, e mais assim, penso menos, que não preciso me preocupar com nada com família.* (M63)

Aqui agora, você perguntou também sobre aqui, né? *Ah, essa liberdade que eu tenho, a gente sai muito. Tem muito lazer também, muito passeio.* Muitas vezes eu que recusei. (M83)

Eu sei que se eu quiser ir, eu posso. [...] Eu vim por livre e espontânea vontade. Ninguém me jogou aqui, ninguém me trouxe enganada, *se eu quiser sair, no momento em que eu quiser sair, é só chegar no escritório e dizer.* (M84)

Mudou muito, porque depois de mais idade, *depois de estar aqui, eu tenho mais chances de liberdade, de ação, de lazer, e tudo, e eu não tenho mais assim, compromisso com nada.* Não que eu não tenha com filho e neto, mas eu não tenho mais compromisso como eu tive anos e anos, porque criar quatro filhos homens não é fácil, e trabalhando! (M85)

Essas falas de Marisa com relação à Iipi como sinônimo de liberdade são de suma importância para pensar a questão das amarras institucionais e de como a noção de “poder ir e vir a hora que quiser”, mesmo que ela não seja algo tão simples, pois depende das normas institucionais, faz diferença em um processo de institucionalização. Mesmo que o sujeito não tenha condições reais de ir e vir, parece ser importante para ele saber que isso é possível. Transitar é uma palavra significativa na relação construída entre Marisa e o Abrigo, pois ela o habita, mas, acima de tudo, transita pelo espaço institucional. Deixa-se alienar por ele, mas não se sente sufocada com a restrição, trazendo as considerações de Le Brun (2009) sobre a institucionalização. E não transita apenas como residente, mas também como alguém que desempenha algum papel ali dentro – um papel que cabe a quem tem a possibilidade de sair, se assim o desejar, e de “ser útil”, conforme nos trouxe Castilho (2011).

Por fim, questionamos Marisa acerca de sua compreensão sobre os termos “idoso”, “velho” e “velhice”. Quanto ao idoso, questiona a legislação vigente, que classifica toda pessoa com a idade de 60 anos como idosa, uma vez que relaciona o “idoso” à pessoa que “chegou numa certa idade” (M92), a dos 60 anos.

Eu acho que idoso pra mim é quando ele já não pode mais... Não é pela idade tanto assim não. É quando ele já não pode fazer o que fazia antes, o que fazia com facilidade. Que agora já não permite fazer a mesma coisa que fazia anos antes.

Então, aí sim, pode ser chamado até de idoso, mesmo assim, eu [...] não acho uma palavra muito adequada pra certas pessoas não. [...] *Já me vejo como uma idosa, porque tenho a idade que eu tenho.* Então eu considero o idoso, assim, de acordo com a capacidade que tem de fazer o que ainda pode fazer. Porque quando deixar de fazer aquilo que ele fazia antes, que ele não tiver mais possibilidade, aí ele já pode ser considerado idoso. Eu, por exemplo, uma pessoa de 80 anos é idosa, né? (M93)

Tem pessoas que chega a 100 anos e que é idoso sim, por causa da idade, mas ele tem toda a lucidez ainda, né? [...] Eu considero idoso de acordo com a capacidade que ele tem ainda pra fazer, poder fazer. (M94)

Ou seja, associa o idoso àquela pessoa caracterizada pelas políticas nacionais, aquela que tem “60 anos de idade ou mais” (Lei nº 8.842, 1994; Lei nº 10.741, 2003), mas acredita que essa caracterização “não é muito adequada” (M93), “não é para todos” (M93).

Outra fala sua remete ao registro R-S-I lacaniano (Lacan, 1972-1973/1985). Quando Marisa diz “já me vejo como uma idosa, porque tenho a idade que eu tenho” (M93), ela parece se submeter à inscrição do Imaginário: entende-se como uma “idosa” do ponto de vista daquilo que seria esperado para si, uma vez que chegou à idade que tem, aos seus 80 anos. Talvez busque alguma unidade para entender-se como idosa nesse registro, mas não o encontra no olhar do Outro, pois ela não se “sente” assim, conforme afirma em outros momentos da entrevista. “Tem pessoas que chega a 100 anos e que é idoso sim, por causa da idade, mas ele tem toda a lucidez ainda, né? Isso que eu fico imaginando...” (M94). Ela se apoia nesse outro que lhe diz que apenas é capaz de “ficar imaginando”.

O idoso em si, para ela, ainda parte de um Real, de uma pessoa que não existe porque não consegue ser simbolizado por Marisa. Permanece, então, impenetrável a ele. Nesse

sentido, a linguagem não fornece elementos suficientes para Marisa para que ela possa de alguma forma se sentir representada no Outro ao tratar do “idoso”, conforme se esperaria que acontecesse sob a óptica do registro Simbólico.

Comparando o “idoso” com o “velho”, Marisa introjeta a referência do idoso amparado nas políticas nacionais para a população com idade superior a 60 anos (Lei nº 8.842, 1994; Lei nº 10.741, 2003) e diferencia-o do “velho”, conforme visualizamos no fragmento a seguir.

O velho é uma coisa que já, poxa, é uma coisa que ah, tá velho, joga fora! Eu acho que o idoso é diferente da palavra velho. Pra mim o velho já tá na hora até de... Meu filho, quando eu dizia assim, ah, eu já tô velha pra isso, meu filho dizia, mãe, *velho é trapo. Velho é trapo. Então, quando eu considero como idoso, eu não considero como velho, não. Eu considero que velho é quando já tiver num momento até de partir, de descansar.* Porque tem idoso que ainda faz muita coisa, que tem mais capacidade do que muito novo. Mentalmente, não só fisicamente. E fisicamente, também, tem muito idoso que faz muita coisa que muito jovem não pode mais fazer, por problema mesmo, até que acontece. [...] Então eu acho que velho é uma coisa e idoso é outra. (M98)

Conforme Marisa, enquanto o idoso ainda pode fazer diversas coisas, o velho espera “um momento até de partir, de descansar” (M98). Ao contrário, o idoso parece um “estado de espírito” mais jovem: “tem idoso que ainda faz muita coisa, que tem mais capacidade do que muito novo. Mentalmente, não só fisicamente. E fisicamente também, tem muito idoso que faz muita coisa que muito jovem não pode mais fazer, por problema mesmo, até que acontece” (M98). Sua fala remete à noção de que o velho se torna alguém cindido pela vivência da liberdade, conforme entendida por Freud (1930/1996) que ela, como

apenas idosa, pode viver.

Por fim, quando tratamos da velhice, sua visão é bastante positiva ao falar da própria velhice, mas pontua que ela pode tanto ser boa, quando vinculada ao conhecimento adquirido e experiência acumulada, quanto ruim, quando atrelada a problemas de saúde.

Velhice é uma coisa boa. Velhice é sinal de que a gente já tem bastante experiência da vida, né? A velhice, quando chega, já chega porque nós já conhecemos tudo que tinha pra conhecer, que tinha que passar. Então dá pra considerar que a velhice pra algumas pessoas é uma coisa boa, que pode lembrar até, se tem cabeça pra pensar, no que teve de bom. Eu, de vez em quando, deitada eu penso naquelas partes que teve boas, naquelas que me fazem feliz e tudo o que eu me lembro dos meus irmãos, da minha casa... Tudo isso. Então velhice pra mim, agora, é pensar também naquilo tudo o que eu já fiz, que eu passei, de bom e de ruim, lembrando sempre o de bom e o melhor. Eu acho que velhice é assim. Pra alguns, a velhice já é mais um problema de saúde também, né? Então isso aí é irregular né? Então a minha resposta é essa. Velhice é uma boa parte da vida que a gente relembra tudo o que já passou e que agora não pode mais viver, mas pode lembrar. (M104)

Ela consegue relativizar, são velhices distintas: a sua velhice, boa, se deve, segundo ela, a uma vida bem vivida, pois a infância e juventude foram vividas intensamente e ela se considerou muito feliz. Depois, quando casou, passou por momentos difíceis, mas logo se separou do marido, embora tenha precisado passar pela difícil situação de ser mãe de um filho com transtorno psiquiátrico. Apesar disso, casou-se novamente e teve outros filhos, todos desejados. Por fim, a vida no abrigo lhe permite a liberdade de ir e vir, mantendo o contato com seus familiares.

Marisa se sente uma pessoa realizada, então “tem horas que eu penso: Deus, se o Senhor quiser me

levar hoje, eu morro feliz, entendeu? Por quê? Porque os filhos que restam estão aí, com suas famílias, os netos estão aí” (M107). Ainda, fala sobre a bisneta que poderá dar-lhe um tataraneto.

Se eu for tataravó eu morro mais feliz ainda! Porque na minha família não teve tataravô. Mas como não teve também ninguém com 80, eu penso, será que eu vou ter esse privilégio? Então eu espero alguma coisa da vida, não espero? Mesmo aqui dentro. Aquele muro ali, pra mim, não significa nada. Eu posso colocar uma cadeira ali, sair e voltar depressa [risos]. (M108)

Ou seja, embora a idade avançada, Marisa tem expectativas e espera situações que pode viver, ainda, em sua vida. De alguma forma, ela constrói para si e é assim que se relaciona, com uma velhice que tem continuidade. Parece que há algo permeando a sua existência que, conforme declarou Messy (1993), ao pensar na velhice em termos de perdas e ganhos, a ajudaria a manter as aquisições e os danos decorrentes da sua velhice mais ou menos equilibrados.

Já, com relação à última pergunta da entrevista, Marisa acredita que viver a velhice dentro e fora de uma instituição tem diferenças: “para alguns diferença melhor, pra outros diferença pior” (M106). Aprofunda na questão relatando que está bem como está e neste momento traz em voga a noção de “liberdade”, conforme já apontado, e verificado no fragmento: “pra mim eu tô achando bom, quer dizer, se eu sair daqui e viver uma vida melhor do que aqui, se Deus ainda quiser e me der essa chance, eu viverei. Mas eu acho que como eu estou, eu estou bem” (M107). Mais uma vez ela ressalta a proporção que poder escolher assume em sua vida na Ilpi.

Com base na fala de Marisa, podemos salientar a importância da noção de “liberdade” se fazer presente

em sua vida, e de saber que têm outras possibilidades, caso deseje mudar de vida, no momento em que for. Sem dúvidas, o fato de optar pela institucionalização também faz alusão a essa mesma referência, que, ao que nos parece, sustenta a posição do sujeito de desejo – aquele que tem poder para escolher o que deseja para si. Por outro lado, conserva em si a expectativa da vivência de outras situações, logo, a velhice, embora seja reconhecida como a última etapa da vida, é vivida na expectativa de futuro: os 81 anos que vêm chegando, a espera pelo tataraneto e a possibilidade de saída da Ilpi, se assim o desejar.

Além disso, Marisa preenche seu dia a dia com atividades de que gosta e que também opta por fazer: ela participa de praticamente todos os passeios oferecidos pela Ilpi e recusa quando não os quer, assim como contribui com pequenos serviços de manutenção do local, ao auxiliar na vigia no banho e seleção de roupas das internas. Quanto aos últimos, “eu considero isso uma ajuda. Eu não considero nem um trabalho” (M71). Outra situação que gosta de viver e faz para se distrair e manter a mente ativa é responder a revistas de palavras cruzadas, com as quais relata que continua aprendendo. Por fim, outra participação importante na Ilpi é ser membro da seresta. Organizada mensalmente, a seresta é rotina para os moradores e envolve a participação de pessoas da comunidade.

Ao fim, Marisa conclui a entrevista dizendo que

Eu vou vivendo esses dias todos com alegria e na espera de ter sempre dias assim, como esses. Sinceramente, é isso que eu acho, que eu penso. Mas é claro que eu tenho os meus dias... Não que sejam dias de depressão. [...] Aqui não, aqui eu tenho certeza, tenho fé em meu Deus, que depressão não vai me atingir nunca porque *eu tenho plena satisfação de saber que eu posso, de um momento para outro, mudar de vida, se eu quiser.*

E se eu puder, né? Mas não estou almejando agora não. [...] A minha vida que Deus escolheu foi essa, então eu fui mais feliz na infância e na mocidade, do que muitas aí. (M109)

Por fim, podemos dizer que Marisa se “olha no espelho” e reconhece a imagem que vê como sendo sua e orgulha-se disso. Ainda não há um estranhamento daquilo que vê. Pode ser que algum dia haja ou, talvez, Marisa nunca se depare com o espelho quebrado, tendo inclusive Messy (1993) descrito que muitas pessoas passam pela vida sem nunca terem chegado à velhice, e isso não tem necessariamente relação com idade.

Considerações finais

Abordar a velhice a partir do referencial teórico da Psicanálise diz respeito à busca pela compreensão de qual é o lugar atualmente ocupado pelo velho no contexto social sem perder de vista a noção da subjetividade. Tratar idoso como velho não nos satisfaz nem faz sentido, uma vez que do ponto de vista do sujeito não se faz possível pensar em categorias sociais. Além disso, quando falamos em subjetividade, estamos sempre apontando para certa subjetividade, atrelada à sua época, e que dá lugar a um certo velho, o velho do século XXI.

Com a Psicanálise, apontamos para o velho como um sujeito do inconsciente, para o qual a temporalidade cronológica não existe. Psicanálise com os velhos seria, então, tratar de um sujeito que vive um período da vida que é, em geral, bastante desinvestido, por si e pelos outros. Mais de um século passou-se desde as primeiras orientações de Freud quanto à não aplicabilidade da Psicanálise com essas pessoas (Freud, 1898/1996). De lá para cá muito foi construído e, embora sejam preservadas algumas limitações, não é possível

continuar não dando atenção às pessoas mais velhas, hoje parcela significativa da população mundial.

Quando Freud (1915/1996) aborda o inconsciente, destaca a intemporalidade dos processos inconscientes e que estes podem ser vivenciados e apreendidos por meio da linguagem. Além disso, a linguagem é a via para os processos inconscientes que nos direcionam para outro tempo, o qual não diz sobre a ordem cronológica da existência, mas sobre algo que não envelhece com o passar dos dias, que não sofre os mesmos efeitos que aqueles físicos e visíveis, portanto de fácil acesso, infringidos no corpo físico. De forma mais ampla, isso quer dizer que se um adulto jovem ou um velho busca por atendimento, não há qualquer distinção do ponto de vista do inconsciente. Messy (1993, p. 8) chega a afirmar que “na circulação da libido não há jovem nem velho, o desejo não tem idade”.

Sem perder isso de vista, trazemos o caso de Marisa, a entrevistada retratada nesta pesquisa, a qual tem sua especificidade ao nos mostrar os efeitos do tempo e da institucionalização na velhice pensados a partir da valorização do tempo vivido e do investimento do outro. O olhar do outro, para ela, traz inúmeras questões relacionadas ao investimento do eu. Para ela, viver na Ilpi representa cuidados e atenção às suas necessidades, sem a perda do contato com as pessoas e com o mundo externo, assim como a aquisição e/ou manutenção de uma certa noção de liberdade, exemplificada por reconhecimento da instituição como um verdadeiro abrigo. Por fim, quanto a isso, queremos ressaltar que em nenhuma hipótese defendemos processos de institucionalização, independentemente da situação, mas acreditamos que quando ela é a única possibilidade, é possível oferecer às

pessoas institucionalizadas condições para que continuem existindo, quando são atendidas as suas especificidades como sujeitos.

Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2005). *Resolução da Diretoria Colegiada*, 283, de 26 de setembro de 2005.
- Baldin, T., & Marcolino-Galli, J. (2014). Considerações sobre sujeito, memória e linguagem, a partir da escuta dos relatos de duas idosas institucionalizadas. *Kairós Gerontologia*, 17(2), 153-177.
- Camarano, A. A., & Kanso, S. (2010). As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Revista brasileira de estudos de população*, 27(1), 232-235.
- Castilho, G. (2012). Psicanálise e velhice: o “idoso” é obsoleto?. *Trivium-Estudos Interdisciplinares*, 4(1), 48-58. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v4n1/v4n1a06.pdf>
- Freud, S. (1996). A sexualidade na etiologia da neurose. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 3, pp. 249-270). Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1898).
- Freud, S. (2003). A história do Movimento Psicanalítico. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 18-53) Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1914).
- Freud, S. (1996). O inconsciente. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund*

- Freud (Vol. 12, pp. 75-112). Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1915).
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 15-63). Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1930).
- Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos* (8a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Expectativa de vida no Brasil sobe para 75,5 anos em 2015*. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/12/expectativa-de-vida-no-brasil-sobe-para-75-5-anos-em-2015>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2011). *Comunicado nº 93. Infraestrutura Social e Urbana no Brasil. Subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil*. Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro. Governo Federal, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília.
- Lacan, J. (1990). *O Seminário, Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* (4a Ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Obra originalmente publicada em 1964).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, Livro 7. A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Obra originalmente publicada em 1959-1960).
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, Livro 20. Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Obra originalmente publicada em 1972-1973).
- Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm
- Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Recuperado de http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/idoso_L10741.pdf
- Magnabosco-Martins, C. R., Baldin, T., & Macari, F. (2014). Atuação em Instituições de Longa Permanência para Idosos: experiências em ensino, pesquisa e extensão. In C. R. Magnabosco-Martins (Org.). *Atuações com idosos: perspectivas em pesquisa, serviços e ações* (pp. 51-76). Curitiba, PR: CRV.
- Marcolino-Galli, J. F. (2013). *A relação memória-linguagem nas demências: abrindo a caixa de Pandora*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Messy, J. (1993). *A pessoa idosa não existe*. São Paulo: Aleph.
- Mucida, A. (2009). *Escrita de uma memória que não se apaga – envelhecimento e velhice*. Belo Horizonte: Autêntica.

Recebido em 13/09/2016

Aprovado em 17/05/2017